

12/10/99

Processo Inconstitucional - DEC. 119/99

01-0186/1999



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0186/1999 DE 1999

46 - 1340

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0186/1999 DE 04/05/99

PROMOVENTE: VEREADOR

OSVALDO ENEAS (PENS)

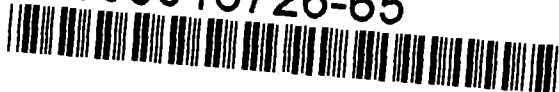
E N E N T A:

DISPOE SOBRE A PROIBIÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE VENDAM ARMAS DE FOGO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
28/10/2010 16:26:31

00000016726-65



ARQUIVADO EM 19/03/2001

MARIA ISABEL LOPES CORREA
Chefe de Seção Técnica - Substituto



206
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº	01	de proc
nº	186	de 1999

Gabinete do Vereador Enéas

ADELINA CICONE

Reg. 100.406

ATM

LIDO HOJE

AS COMISSÕES DE:

04 MAI 1999

PROJETO DE LEI Nº.

01 - PL

01-0186/1999

PRESIDENTE

Dispõe sobre a proibição de instalação de estabelecimentos que vendam armas de fogo no Município de São Paulo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO Decreta:

Art. 1º. - Fica proibida a instalação de estabelecimentos que vendam armas de fogo no Município de São Paulo, a partir da publicação desta lei, permanecendo somente os pontos de venda já existente e remanejando os pontos de venda a uma distância de 1.500 metros de escolas públicas e privadas.

Art. 2º. - As despesas com a execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentarias próprias ou suplementares se necessário;

Art. 3º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 1999

VEREADOR ENÉAS

Líder do PRONA

SEÇÃO DE REVISÃO

★ 04 MAI 1999 ★

- DT. 10 -

pl.0052/05/99

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 2 e fôlha de informação sob
n.º 3 / 15/5/99 a (Ed)

ADELINA CICONE
Reg. 100.406
ATM



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO

PAULO	02	de pro
186	de	19 99
<i>Ed</i>		

Gabinete do Vereador Enéas

ADELINA L. ONE

Reg. 100-406

ATM

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o alto índice de violência urbana, principalmente com a utilização de armas de fogo, é de bom alvitre, não ampliar as vendas de armas de fogo no nosso Município e assim permaneceria, somente os pontos de vendas já existentes.

São Paulo será exemplo para o restante do País a regulamentar uma lei no sentido de coibir a venda de armas de fogo.

Conclamo os Nobres Pares a agilizar, urgentemente o tramite deste projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo nº 186 de 19 99 06 05 99 (a) Adelina *Ad*

ADELINA CICONI
Reg. 100 406
ATM

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta;
Em 06-05.99

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

A Com. de Const. e Justiça

12/05/99
Breno Gandelman
BRENDO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 13.05.99 às 14/10hs

Ao Nobre Vereador *ZAN GRA*
para registrar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 8 de 19.99
[Signature]
Presidente

SEGUIE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha *P* nº *P* *04 e 05*

Em *02.08.99*

(a) *[Signature]*



PL 186/99
12.06.99

Folha n.º 04 do proc.
N.º 186 de 1999
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Osvaldo Enéas, que visa proibir a instalação de estabelecimentos que vendam armas de fogo no Município de São Paulo.

O projeto não reúne condições para ser aprovado porque esbarra nos arts. 5º, XIII; 170, *caput*; 170, V e 170, parágrafo único, todos da Constituição Federal.

Com efeito, proibir a instalação de estabelecimentos que comercializem armas de fogo no Município de São Paulo, ainda que sob o louvável propósito de conter a violência, vai de encontro ao disposto pelo art. 5º, XIII, da Carta Magna, que preceitua textualmente ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Mas não é só. Impede, ainda, a chamada livre concorrência, um dos princípios reguladores da atividade econômica, nos termos do art. 170, IV da Constituição Federal.

Nesse sentido é o entendimento de Celso Ribeiro Bastos expresso na obra "Comentários à Constituição do Brasil, vol. VII, 1990, pág. 25:

"Ela consiste essencialmente na existência de diversos produtores ou prestadores de serviços. É pela livre concorrência que se melhoram as condições de competitividade das empresas, forçando-as a um constante aprimoramento dos seus métodos tecnológicos, dos seus custos, enfim, na procura constante de criação de condições mais favoráveis ao consumidor. Traduz-se, portanto, numa das vigas mestras do êxito da economia de mercado. O contrário da livre concorrência significa o monopólio e o oligopólio, ambas situações privilegiadoras do produtor, incompatíveis com o regime de livre concorrência".

Nesse sentido é ainda o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do RE nº 203.909-8, assim se pronunciou:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

"É que essa competência para o zoneamento, capaz de levar à interdição do exercício de certas atividades na zona urbana, não pode chegar ao ponto de impedir a duplicidade ou até a multiplicidade de estabelecimentos do mesmo ramo, numa mesma área, o que redundaria em reserva de mercado, ainda que relativa, e, conseqüentemente, em afronta ao princípios da livre concorrência, da defesa do consumidor e da liberdade do exercício das atividades econômicas que informam o modelo de ordem econômica consagrado pela Carta da República (art. 170 e parágrafo da CF)."

Por fim, há que se atentar para o fato de que o tema objeto da presente propositura extrapola o predominante interesse local.

Tanto é assim que a União editou a Lei Federal nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas e estabelece as condições para o registro e porte de armas de fogo.

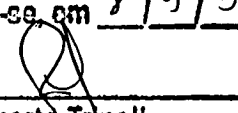
Do supra exposto podemos concluir que a vedação total de uma atividade lícita extrapola o poder de polícia e vai de encontro aos princípios norteadores da atividade econômica previstos na Constituição Federal, pelo que somos pela sua

INCONSTITUCIONALIDADE


Simona Mary de Almeida
Assessor Técnico I


Marilena Conceição Andreoli
Assessor Técnico Legislativo Chefe

Encaminhe-se em 8/9/99


Roberto Tripoli
Presidente da CCJ


Caio Marcelo de Carvalho Giannini
Assessor Técnico Supervisor

De acordo para emissão do relatório,
em 15/9/99

Relator

Câmara Municipal de São Paulo
A QUE DISSIMULA PELA BANCARIA...
(1011/An) 06 207 10510199
CARL EN DE NELLO
Assistente Parlamentar



PUBLIQUE-SE EM

5110 1991/R

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 06 do proc.

N.º 186 de 1999

O Funcionário

Assistente Parlamentar

16 - PAR

16-1225/1999

PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 186/99.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Osvaldo Enéas, que visa proibir a instalação de estabelecimentos que vendam armas de fogo no Município de São Paulo.

O projeto não reúne condições para ser aprovado porque esbarra nos arts. 5º, XIII; 170, *caput*; 170, V e 170, parágrafo único, todos da Constituição Federal.

Com efeito, proibir a instalação de estabelecimentos que comercializem armas de fogo no Município de São Paulo, ainda que sob o louvável propósito de conter a violência, vai de encontro ao disposto pelo art. 5º, XIII, da Carta Magna, que preceitua textualmente ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Mas não é só. Impede, ainda, a chamada livre concorrência, um dos princípios reguladores da atividade econômica, nos termos do art. 170, IV da Constituição Federal.

Nesse sentido é o entendimento de Celso Ribeiro Bastos expresso na obra "Comentários à Constituição do Brasil, vol. VII, 1990, pág. 25:

"Ela consiste essencialmente na existência de diversos produtores ou prestadores de serviços. É pela livre concorrência que se melhoram as condições de competitividade das empresas, forçando-as a um constante aprimoramento dos seus métodos tecnológicos, dos seus custos, enfim, na procura constante de criação de condições mais favoráveis ao consumidor. Traduz-se, portanto, numa das vigas mestras do êxito da economia de mercado. O contrário da livre concorrência significa o monopólio e o oligopólio, ambas situações privilegiadoras do produtor, incompatíveis com o regime de livre concorrência".

Nesse sentido é ainda o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do RE nº 203.909-8, assim se pronunciou:

"É que essa competência para o zoneamento, capaz de levar à interdição do exercício de certas atividades na zona urbana, não pode chegar ao ponto de impedir a duplicidade ou até a multiplicidade de estabelecimentos do mesmo ramo, numa mesma área, o que redundaria em reserva de mercado, ainda que relativa,

ecsa/pl0186-9

17 - RELCOM
17-0617/1999



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 07 do proc.
N.º 186 de 1979
funcionário
Assistente Parlamentar

e, conseqüentemente, em afronta ao princípios da livre concorrência, da defesa do consumidor e da liberdade do exercício das atividades econômicas que informam o modelo de ordem econômica consagrado pela Carta da República (art. 170 e parágrafo da CF)."

Por fim, há que se atentar para o fato de que o tema objeto da presente propositura extrapola o predominante interesse local.

Tanto é assim que a União editou a Lei Federal nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas e estabelece as condições para o registro e porte de armas de fogo.

Do supra exposto podemos concluir que a vedação total de uma atividade lícita extrapola o poder de polícia e vai de encontro aos princípios norteadores da atividade econômica previstos na Constituição Federal, pelo que somos

PELA INCONSTITUCIONALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 05/10/99

[Handwritten signatures and initials]

ecsa/pl0186-9

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
 de 09 OUT 10 99
 página 50 coluna 4a
 Conforido: *Ami*

A. A. T. M.
 Em, 11 / 10 / 99

Ami
 AMÉLIA MAYUMI IGUCHI
 Oficial Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 . CC. , juntado nesta data pagos a informação rubricado sob
documento
 fôlha n.º 02/18/10/99 a) *AB*

CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
 Encarregada do Setor 10.626

Forma n.º _____ de 1999
n.º PL. 186 de 18 99
18/10/99

CRÉUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
Encarregada do Setor 10.686



Câmara Municipal de São Paulo

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

São Paulo, 14 de outubro de 1999

MEMO 218 /99 - A T M

AC NOBRE VEREADOR
OSVALDO ENÉAS

O PL.186/99 , de sua autoria, será tido como REJEITADO em virtude de Parecer PELA INCONSTITUCIONALIDADE emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, cabendo, entretanto, RECURSO AO PLENÁRIO, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno.

Atenciosamente,


BRENO GANDELMAN
Assessor Técnico Legislativo Chefe
ATM

Proti 18/10/99
P5-P
Bmcalado
no 23-693
Oswaldo Enéas
Vereador - 2a. 88f

RECEBIDO
Em ____/____/____

12-01-1971 - Secretaria
de Administração

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUE, juntado nesta data	popul e informação rubricado sob
folha n.º 01.27.10.91	secretaria a <i>[assinatura]</i>

CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
Encarregada de Setor 10.686

001230781
10-01-1971
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Osvaldo Enéas

Feito n.º	09	de proa
n.º	PL. 186	de 19 99
10-686		
CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES		
Encarregada do Setor		

RECURSO

11 - REC
11-0119/1999

São Paulo, 27 de outubro de 1999

Requeiro, a Douta Mesa desta Douta Comissão de Justiça, conforme disposições regimentais, derrubar, através de recurso, o parecer pela inconstitucionalidade do P.L. n.º 186/99, que dispõe sobre a proibição de instalação de estabelecimentos que vendam armas de fogo, no Município de São Paulo.

Atenciosamente.

OSVALDO ENÉAS
VEREADOR
Líder do PRONA

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data ^{pagos e lido} ^{intermedo} ^{de} rubricado sob
folha n.º 10.105/01/01 a) 

Acelina Acelismar de Oliveira
Assistente Técnico de Direção III
Registro 10.863



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 10

do processo nº PL 186 de 1999 05/01/2001 (a) 10

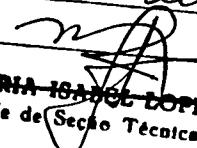
Acelina Acelismar de Oliveira
Assistente Técnico de Direção II
Registro 10.863

Ao DT.94 – Sra. Chefe:

Solicito arquivar o presente projeto, de acordo com o art.
275 do Regimento Interno.

05/01/2001


BRENO GANDELMAN
Assessor Téc. Legislativo Chefe
ATM

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado cl	10 fls.
Arquivo em	19.01.2001
O Func.º	
MARIA ISABEL LOPES CORREA Chefe de Seção Técnica - Substituto	